



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000559-98.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara Única da comarca de Otacílio Costa

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 18/2016-CGJ

Período da correição: 30-5-2016 a 1º-8-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Débora Zitta

Analista Jurídico: André Pacheco

Analista Jurídico: Cristiane Bernadete de Souza



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epígrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

DADOS DA UNIDADE

Comarca: Otacílio Costa

Unidade: Vara Única

Municípios integrantes: Otacílio Costa e Palmeira

Juiz titular: Mônica do Rego Barros Grisolia Mendes

Chefe de cartório: Maria Alzira de Liz

Última correição por equipe da CGJ/SC: 2-9-2013 a 7-1-2014. Autos

0012357-61.2013.8.24.0600

Competência: Vara Única

Entrância: Inicial

Observações:



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador		Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		5.503
1.1.2	Processos em andamento	4.980	
1.1.3	Procedimentos em andamento	523	
1.1.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência agosto de 2016.			
b) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 949 referem-se a processos de Execução Fiscal, 345 referem-se a processos do Juizado Especial Cível e 126 referem-se a processos do Juizado Especial Criminal.			

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador		Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		4.128
1.2.2	Processos em andamento	3.612	
1.2.3	Procedimentos em andamento	516	
1.2.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência agosto de 2016.			

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	632	280	912
1.3.1.1	Observação			
a) Informações obtidas em 30-9-2016 (fl. 70).				

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	2.421	202
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	3.270	273
1.4.3	Janeiro a agosto de 2016	1.536	192
1.4.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.			



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos e documentos eletrônicos

	Indicador		Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias		729
	Cível – Genérico – Processo		
1.5.1.1	Ag. Digitalização	3	
1.5.1.2	Ag. Encerramento do Ato	101	
1.5.1.3	Ag. Prazo	34	
1.5.1.4	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	1	
1.5.1.5	BacenJud – Transferência de Valores/Desbloqueio	1	
1.5.1.6	Com Classe Alterada	1	
1.5.1.7	Concluso para Despacho	13	
1.5.1.8	Concluso para Despacho Saneador	24	
1.5.1.9	Concluso para Julgamento Antecipado	2	
1.5.1.10	Concluso para Sentença	10	
1.5.1.11	Concluso 10	1	
1.5.1.12	Concluso 6	12	
1.5.1.13	Concluso 7	8	
1.5.1.14	Cumprir – urgente	13	
1.5.1.15	Recebido Contadoria	4	
1.5.1.16	Recebido do Juiz	1	
1.5.1.17	Recebido do Juiz – Decisão	7	
1.5.1.18	Recebido do Juiz – Despacho	3	
1.5.1.19	Recebido do Tribunal/Turma	1	
1.5.1.20	SIDEJUD – Ag. Expedir Alvará	1	
	Criminal – Genérico – Processo		
1.5.1.21	Ag. Análise do Cartório	1	
1.5.1.22	Ag. Encerramento do Ato	8	
1.5.1.23	Ag. Prazo	114	
1.5.1.24	Cumprir – Urgente	3	
1.5.1.25	Entrados com Sigilo Absoluto	1	
1.5.1.26	Petição Inicial	1	
1.5.1.27	Recebido Contadoria	5	
1.5.1.28	Recebido do Juiz – Decisão	2	
1.5.1.29	Recebido do Juiz – Despacho	7	
	DTR – Fiscal – Seção I – Processo		
1.5.1.30	Aguardando Análise do Chefe de Seção	1	
1.5.1.31	Cumprir Carta Precatória	8	
1.5.1.32	Petição Inicial	1	
	DTR – Fiscal – Seção II – Processo		
1.5.1.33	Cumprir – Urgente	2	
	Execução Fiscal – Processos		
1.5.1.34	Ag. Encerramento do Ato	168	
1.5.1.35	Ag. Prazo	6	
1.5.1.36	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	1	
1.5.1.37	Concluso 7	13	
1.5.1.38	Escrivão	1	
1.5.1.39	SIDEJUD – Ag. Expedir Alvará	1	
	Execução Penal - Processo		
1.5.1.40	Ag. Audiência	3	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

1.5.1.41	Ag. Prazo	15	
1.5.1.42	Ag. Prazo – Benefício	1	
1.5.1.43	Cumprir – Urgente	1	
Família – Processo			
1.5.1.44	Ag. Audiência	1	
1.5.1.45	Ag. Prazo	32	
1.5.1.46	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	2	
1.5.1.47	BacenJud – Contadoria	1	
1.5.1.48	Com Classe Alterada	1	
1.5.1.49	Concluso para Sentença	1	
1.5.1.50	Cumprir – Urgente	10	
1.5.1.51	Recebido Contadoria	12	
1.5.1.52	Recebido do Juiz – Decisão	1	
1.5.1.53	Recebido do Juiz – Despacho	8	
1.5.1.54	Recebido do Juiz – Sentença	2	
1.5.1.55	Recebido Serviço Social	1	
Juizado Especial Cível – Processo			
1.5.1.56	Ag. Encerramento do Ato	7	
1.5.1.57	Ag. Prazo	8	
1.5.1.58	Concluso para Despacho Saneador	2	
1.5.1.59	Concluso para Sentença	2	
1.5.1.60	Concluso 5	3	
1.5.1.61	Concluso 6	1	
1.5.1.62	Recebido do Juiz – Despacho	1	
1.5.1.63	Recebido do Juiz – Sentença	1	
Juizado Especial Criminal – Processo			
1.5.1.64	Ag. Encerramento do Ato	11	
1.5.1.65	Ag. Prazo	1	
Juizado Especial Fazendário – Processo			
1.5.1.66	Ag. Encerramento do Ato	10	
1.5.1.67	Ag. Prazo	1	
1.5.1.68	Concluso para Despacho Saneador	1	
1.5.1.69	Concluso para Sentença	2	
Processo Físico – Processo			
1.5.1.70	Ag. Impressão – Vara	1	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

1.5.2	Observações
	<p>a) Informações obtidas em 30-9-2016.</p> <p>b) Na data de 30-9-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:</p> <p>b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 140 processos na fila. O mais antigo data de 20-4-2016.</p> <p>b.2) Ag. Análise – Recursos: não existem processos nessa fila..</p> <p>b.3) Cumprir urgente: existem 195 processos na fila. O mais antigo data de 15-4-2015.</p> <p>b.4) Recebido do Juiz.</p> <p>Recebido do Juiz – Despacho: existem 200 processos na fila. O mais antigo data de 16-3-2016.</p> <p>Recebido do Juiz – Decisão: existem 74 processos na fila. O mais antigo data de 27-4-2016.</p> <p>Recebido do Juiz – Sentença: existem 69 processos na fila. O mais antigo data de 29-3-2016.</p> <p>b.5) Escrivão: existe 1 processo na fila, que data de 19-1-2016.</p> <p>b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 2 processos com audiências já realizadas ou sem designação de audiência.</p> <p>b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (0300735-62.2014.8.24.0086, 0301209-33.2014.8.24.0086, 0000162-29.2016.8.24.0086, 0300331-40.2016.8.24.0086 e 0300674-07.2014.8.24.0086), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento e certidão do art. 327 do CNECJ (Provimento n. 1/2016 – CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).</p> <p>b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (0301026-28.2015.8.24.0086, 0300501-12.2016.8.24.0086, 0300240-81.2015.8.24.0086, 0800051-17.2013.8.24.0086 e 0001079-19.2014.8.24.0086), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.</p> <p>b.9) Filas Concluso 1 a 10: foram analisados 5 processos (0300801-08.2015.8.24.0086, 0300603-68.2015.8.24.0086, 0300521-03.2016.8.24.0086, 0000602-25.2016.8.24.0086 e [REDACTED]), por amostragem. Verificou-se que em todos há movimentação de conclusão.</p> <p>Fila Petição intermediária</p> <p>c) Foi verificado o fluxo de documentos e analisada a fila petição intermediária, que apresentou os seguintes registros:</p> <p>c.1) Ag. Análise – Juntada Automática: existem 382 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 24-3-2016.</p> <p>c.2) Ag. Análise – Petições Diversas: existem 234 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga 9-5-2016.</p>



1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	224	176
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.	3,88%	3,20%
1.6.1.2	Observações		
	a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro. b) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). c) Primeira verificação: mês de referência abril de 2016 (fls. 10-11). d) Segunda verificação: mês de referência agosto de 2016 (fls. 52-53).		

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos sem movimento há mais de 365 dias	12	7
1.6.2.1	Processos sem movimento há mais de 365 dias	6	0
1.6.2.2	por ano da última movimentação	2014	2015
1.6.2.3	Data da movimentação mais antiga	12	7
1.6.2.4	Observações	-	11-2-2014
	a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro. b) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência agosto de 2016 (fl. 54). c) Item 1.6.2: O relatório não era extraído ao tempo da primeira verificação.		

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.3	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	8	9
1.6.4	Processos com a classe "Habilitação para Adoção" em andamento e distribuídos há mais de 365 dias.	-	5
1.6.5	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	28	33
1.6.6	Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias.	16	1
1.6.7	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.	264	265
1.6.8	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.	8	7
1.6.9	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.	0	7
1.6.10	Observações		
	a) Primeira verificação em 23-5-2016 (fls. 12-16). a.1) Itens 1.6.3 a 1.6.6: o relatório não deve trazer registro. a.2) Itens 1.6.7 a 1.6.9: dados do mês de dezembro de 2016, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. a.3) Item 1.6.4: o relatório não era extraído ao tempo da primeira verificação. b) Segunda verificação em 30-9-2016 (fls. 55-63). b.1) Itens 1.6.3 a 1.6.6: o relatório não deve trazer registro. b.2) Itens 1.6.7 a 1.6.9: dados do mês de abril de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.

PENDÊNCIAS

1.6.11	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 30-4-2016)	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária	441	92
	Peticionamento eletrônico	37	0
	Mandados	9	1
	AR	24	6
1.6.11.1	Observações		
	a) Padrão de conformidade: o relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes. b) Primeira verificação em 23-5-2016 (fl. 18). c) Segunda verificação em 30-9-2016 (fl. 64).		

MANDADOS

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.12	Mandados vencidos em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	127	146
1.6.12.1	Observações		
	a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros. a) Primeira verificação em 23-5-2016 (fls. 19-22). b) Segunda verificação em 30-9-2016 (fls. 65-68).		

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.13	Outros setores				
1.6.13.1	Contadoria	0	0	9	0
1.6.13.2	Distribuição	1	0	0	0
1.6.13.3	Ministério Público	69	1	40	0
1.6.13.4	Serviço Social	3	0	7	0
1.6.13.5	Observações				
	a) Primeira verificação em 23-5-2016 (fl. 23). b) Segunda verificação em 30-9-2016 (fl. 69).				



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.14	Quantidade total de processos em carga	757		379	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.14.1	Juiz (Ariovaldo Rogério Ribeiro da Silva)	4	4	0	0
1.6.14.2	Juiz (Edison Alvanir Anjos de Oliveira Júnior)	98	6	1	1
1.6.14.3	Juiz (Jaime Machado Júnior)	3	3	0	0
1.6.14.4	Juiz (Mônica do Rego Barros Grisólia Mendes)	201	23	275	20
1.6.14.5	Juiz (Sílvio Dagoberto Orsatto)	1	0	1	1
	Juiz (Alexandre Karazawa Takaschima)	0	0	3	3
1.6.14.6	Contadoria	13	3	0	0
1.6.14.7	Distribuição	3	2	2	1
1.6.14.8	Ministério Público	4	1	17	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.14.9	Advogado	95	27	60	17
1.6.14.10	Leiloeiro	1	1	0	0
1.6.14.11	Perito	2	1	0	0
1.6.14.12	Procuradorias	25	1	20	2
1.6.14.13	Observações				
	a) Primeira verificação: mês de referência abril de 2016 (fl. 24). b) Segunda verificação: mês de referência agosto de 2016 (fl. 70). c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).				



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

1.6.15 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.15.1	Cartório - recebido do advogado	2	1	3	1
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.15.2	Cartório – aguardando	157	64	95	8
1.6.15.3	Cartório – aguardando AR	28	8	29	3
1.6.15.4	Cartório – aguardando carta precatória	19	17	24	22
1.6.15.5	Cartório – aguardando confecção de relação	33	0	80	41
1.6.15.6	Cartório – aguardando mandado	63	35	96	58
1.6.15.7	Cartório – aguardando publicação de relação	106	23	131	65
1.6.15.8	Cartório – arquivar	25	15	13	1
1.6.15.9	Cartório – escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.6.15.10	Cartório – escaninho do advogado	0	0	0	0
1.6.15.11	Cartório – escaninho do juiz	52	7	60	4
1.6.15.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	4	0	8	0
1.6.15.13	Cartório – escaninho do promotor	32	0	16	2
1.6.15.14	Cartório – recebido do juiz	0	0	0	0
1.6.15.15	Cartório – recebido do promotor	0	0	10	7
1.6.15.16	Cartório – recebido do contador	0	0	9	2
1.6.15.17	Cartório – prazo 1 a 31	223	74	178	116
1.6.15.18	Cartório – mesa do escrivão	9	8	10	0
1.6.15.19	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	0	0	0	0
1.6.15.20	Cartório – mesa 01 a 10	38	6	11	6
	Expedição/cumprimento				
1.6.15.21	Cartório – cumprir despacho	126	52	50	10
1.6.15.22	Cartório – cumprir despacho urgente	12	0	12	0
1.6.15.23	Cartório – expedir alvará	15	6	7	6
1.6.15.24	Cartório – expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.15.25	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.15.26	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.15.27	Cartório – expedir mandado	0	0	0	0
1.6.15.28	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.15.29	Cartório – aguardando juntada	54	3	4	0
1.6.15.30	Cartório – aguardando petição	31	10	18	9
1.6.15.31	Cartório – aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.6.15.32	Observações				
a) Primeira verificação em 23-5-2016 (fl. 25). Escaninho do Juiz (fls. 26-27)					
b) Segunda verificação em 30-9-2016 (fl. 71). Escaninho do Juiz (fls. 72-73)					
c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".					



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias	413	0
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias	35	1
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias	57	0
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros	4	0
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	172	55
1.7.8	Observações		
	a) Padrão de conformidade: a.1) Itens 1.7.1 a 1.7.6: o relatório não deve trazer registro. a.2) Item 1.7.7: o relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC. b) Primeira verificação em 23-5-2016 (fls. 28-35). c) Segunda verificação em 30-9-2016 (fls. 74-80).		
1.7.9	Réu preso provisório	14	21
	Réu preso definitivo	29	76
	Total	43	97
1.7.9.1	Observações		
	a) Padrão de conformidade: o relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais b) Primeira verificação em 23-5-2016 (fls. 36-38). c) Segunda verificação em 30-9-2016 (fls. 81-84).		



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	-	Parcialmente alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	Alimentado	Alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	-	-
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	Alimentado	Alimentado
1.8.5	Observações		

a) Primeira verificação em 24-5-2016 (fls. 42-43).

b) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos):

b.1) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão.

Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.

b.2) Verificou-se que há 326 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, não foi possível a captação da quantidade de bens com situação “a definir”.

c) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações):

c.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

d) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais):

d.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

d.2) Não há estabelecimentos penais registrados.

e) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade):

e.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

e.2) A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 24-5-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.

f) Segunda verificação em 30-9-2016 (fls. 88-89).

g) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos):

g.1) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão.

Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.

g.2) Verificou-se que há 289 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 435 estão com a situação “a definir”. Dessa forma há indicativo de que o SNBA não está sendo atualizado. Em consulta ao SAJ, por amostragem nos processos 0135024-39.2013.8.24.0086, 0001899-43.2011.8.24.0086, 0001412-78.2008.8.24.0086, 0001349-19.2009.8.24.0086 e 0001086-74.2015.8.24.0086, verificou-se que as armas a eles vinculadas foram cadastrados no SNBA.

h) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações):



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

- h.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.
- i) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais):
- i.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.
- i.2) Não há estabelecimentos penais registrados.
- j) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade):
- j.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- j.2) A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 29-9-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.



1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	Parcialmente alimentado	Alimentado
1.9.1.1	Observações		
<p>a) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCJG.</p> <p>b) Primeira verificação em 24-5-2016 (fls. 44-45).</p> <p>b.1) Existe 1 programa institucional de acolhimento cadastrado no sistema (Abrigo Nosso Lar), cujo último registro data de 7-4-2015 (Relatório mensal de visita referente a março de 2015).</p> <p>c) Segunda verificação em 30-9-2016 (fls. 90-91).</p> <p>c.1) Existe 1 programa institucional de acolhimento cadastrado no sistema (Abrigo Nosso Lar), cujo último registro data de 8-9-2016.</p>			



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 21 de outubro de 2016.

Débora Zitta
Assessora Técnica Correicional – Mat. 5.701

André Pacheco
Analista Jurídico - Mat. 20.683